

ONTOLOGIA E ECONOMIA: UM DEBATE INTERDITADO

Autor: Bruno Moretti

O artigo defende o argumento de que proposições ontológicas – aquelas relativas à natureza, propriedades e estruturas dos objetos – são inescapáveis para a ciência, em particular, para a Economia. Toda teoria pressupõe um método, estrutura, critérios cognitivos etc. Se este é o caso, sempre há, mesmo que de forma velada, a reivindicação de que a natureza do objeto é tal que é possível obter conhecimento sobre ele do modo requerido. Em outros termos, toda tradição teórica da ciência põe uma ontologia particular. Como afirma Bhaskar (1998), bebe-se a água porque é líquida, e não o contrário. Neste sentido, as proposições voltadas ao modo de ser dos objetos da ciência, não só estão sempre presentes, mas têm precedência sobre as proposições do conhecimento acerca desses objetos. Em outros termos, é a natureza dos objetos que determina suas possibilidades cognitivas.

Em síntese, a ciência, seja qual for, requer a investigação de caráter ontológico. Em particular, as ciências sociais (dentre as quais, Economia) sempre sustentam uma teoria sobre a realidade de seus objetos: agir e escolha humanos; instituições, regras e normas sociais; poder; e assim por diante. É neste preciso sentido que afirma Lawson que somos todos realistas. Isto é, não há teoria da ciência, social ou natural, que não carregue consigo consequências de ordem ontológica. Sempre há o compromisso com a tese de que os objetos da ciência têm uma natureza particular.

Todavia, este artigo defenderá um tipo particular de realismo, predicado a uma orientação explicitamente ontológica (Lawson: 2003); realismo ancorado na capacidade da teoria de cotejar o objeto – suas propriedades e estruturas – com as concepções que dele têm as diversas tradições teóricas na ciência, ainda que de modo implícito. Em outros termos, trata-se de uma prática científica cujos resultados, explicações, método etc. estejam sustentados por uma reflexão sobre a natureza e propriedades de seus objetos, em sua independência existencial frente ao conhecimento científico.

Demonstraremos que as correntes predominantes da filosofia da ciência – positivismo-lógico e a que denominaremos “relativismo ontológico”, embora antagônicas no que diz respeito às relações entre ciência e realidade (entre prática científica e objeto desta prática), compartilham a mesma atitude de negligência ontológica. Isto é, submetem a dimensão ontológica da prática científica às questões do conhecimento, do discurso, da experiência, reduzindo a existência dos objetos da ciência ao modo como são conceituados, representados, experimentados, interpretados etc. Diante da impossibilidade de escapar às noções ontológicas, tal atitude se converte na afirmação de uma ontologia própria – o realismo empírico (Lawson: 2003). Logo, embora divirjam no que se refere às relações entre objeto e teoria, as correntes mencionadas afirmam – ainda que não explicitamente – uma mesma ontologia.

Demonstraremos as implicações da denegação ontológica (e, portanto, da afirmação velada da ontologia do realismo empírico que daí segue) para os debates da ciência econômica. Particularmente, procuraremos explorar as relações entre o *mainstream* da Economia e a ontologia do realismo empírico, bem como algumas de suas consequências para o domínio social. Mais precisamente, será visto que é possível caracterizar o *mainstream* da Economia

como vinculado a um formato específico de leis da ciência (definidas como associações/conjunções de eventos), que, por sua vez, subentenderia a ontologia do realismo empírico. Ontologia que, quando aplicada ao domínio social, gera noções absurdas sobre, por exemplo, o agir humano, o poder de escolha dos agentes sociais, reprodução das instituições, estruturas, formas e mecanismos sociais.